

O PETROLEIRO

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

EDIÇÃO IX - 9 DE MARÇO DE 2018

SINDIPETRO/MG OBTÉM LIMINAR CONTRA EQUACIONAMENTO DA PETROS

No dia 28 de fevereiro a Justiça deferiu liminar em favor do **Sindipetro/MG** na Ação Civil Pública movida contra a Petros (**processo nº 5157049-17.2017.8.13.0024**). A decisão suspende o equacionamento pelo teto, como aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros em setembro de 2017, e determina o equacionamento do déficit do Plano Petros 1 (PP-1) pelo valor mínimo permitido em lei.

No entendimento da coordenação jurídica do Sindipetro/MG, a liminar abrange toda a categoria no âmbito da jurisdição do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Entretanto, é possível que a Petros restrinja o alcance da decisão aos trabalhadores sindicalizados, como ocorreu no estado de São Paulo. No caso de Minas, a Petros ainda não se pronunciou.

Para evitar que a cobrança das contribuições extraordinárias iniciasse em março, como anunciado pela Petros, o coordenador do Sindicato, Anselmo Braga, protocolou a liminar junto à Petros no dia 1º de março.

No entanto, alguns participantes e assistidos do PP-1 relataram que o último contracheque trouxe o desconto. O departamento jurídico do Sindipetro/MG já acionou a Justiça para que sejam tomadas as providências em relação à cobrança indevida.

DUQUE DE CAXIAS

O Sindipetro de Duque de Caxias conquistou na terça-feira (6) liminar que suspende a cobrança das contribuições adicionais aos participantes e assistidos do Plano Petros-1. A decisão determina ainda que seja mantida “a contribuição adicional que incumbe à patrocinadora do PPSP, a Petrobrás, sob pena de multa que deverá ser arbitrada, em caso de descumprimento da presente ordem”.

Entenda o caso:

Em setembro de 2017, o Conselho Deliberativo da Petros aprovou o equacionamento do déficit do Plano Petros 1 pelo valor máximo - R\$ 22,6 bilhões - corrigido até dezembro de 2017, o valor chega a R\$ 27,7 bilhões.

Diante da aprovação das cobranças extras, a seus sindicatos filiados ingressaram com Ações Cíveis Públicas ainda no ano passado para barrar cobrança do déficit do Plano Petros 1. A ação da FUP ainda não foi julgada.

Já a ação do Sindipetro/MG foi aberta em outubro, mas a liminar só saiu agora. Outras três liminares já haviam sido deferidas: duas no estado de São Paulo (uma do Sindipetro Unificado de São Paulo e uma do



Sindipetro São José dos Campos) e outra no Rio Grande do Norte. E uma saiu na última terça-feira (6), em Duque de Caxias (RJ).

No caso de São Paulo, a Petros entendeu como beneficiários somente os associados a esses sindicatos e pessoas que têm residência no Estado, suspendendo as cobranças dos mesmos.

No entanto, caso a Fundação consiga caçar as liminares, posteriormente, as contribuições adicionais não descontadas seriam cobradas retroativamente.

Consulte a liminar pelo QR Code ao lado:



Eleição para CA da Petrobrás termina no domingo

O próximo domingo (11) é o último dia da eleição que definirá o novo representante dos petroleiros no Conselho Administrativo da Petrobrás. O Sindipetro/MG e a FUP apoiam Danilo Silva - 1001.

Danilo é petroleiro desde 2003 e técnico em manutenção na Replan. Sua candidatura é comprometida com a luta pela retomada da engenharia da Petrobrás, que foi desmontada pelo projeto entreguista do atual governo. Além disso, ele propõe um mandato com visitas mensais a unidades da Petrobrás em todo o País para conhecer as demandas de cada região.

A votação é pela internet e somente



para trabalhadores da ativa. O Sindipetro/MG reforça a importância da votação para garantirmos uma representação comprometida com os interesses da classe trabalhadora.

Qualquer dúvida sobre as propostas de Danilo Silva, entre em contato diretamente com ele pelo **WhatsApp (19) 99716 1001**.



EDITORIAL

Precisamos falar sobre Eleições

Após quase dois anos de intensa luta e resistência diante da ascensão de Michel Temer e sua trupe golpista ao poder, é natural que pensemos nas eleições de 2018 como uma oportunidade de estancar essa sangria. Entretanto, em um contexto de estupro da democracia, será que ainda dá para acreditar que teremos o direito a eleições livres e democráticas neste País?

Não se trata de teoria de conspiração barata. Esse processo planejado, articulado e contínuo de retirada de direitos, privatização do bem público e criminalização de setores políticos populares - o qual denominamos golpe - não está submetido à vontade da população. Esse projeto anti-popular só responde aos interesses das velhas elites políticas e econômicas do Brasil, em geral atrelados aos anseios dos grandes conglomerados capitalistas internacionais.

Em resumo: os golpistas não arrombaram esse carro chamado Brasil para depois entregar as chaves para o povo! Nesse sentido, não há dúvida de que a tentativa de impedir Lula de se candidatar por meio de uma perseguição midiática, política e jurídica é uma movimentação clara contra a possibilidade de voltarmos a ter um governo com uma visão minimamente popular. Se esse fosse um problema só do Lula, essa preocupação certamente não se estenderia para além de seus amigos, família e simpatizantes mais apaixonados. O que nos preocupa, no entanto, é que inviabilizar o ex-presidente é prejudicar mais do que uma simples candidatura política - é inviabilizar uma ideia!

É tempo de iniciarmos um intenso debate entre nós, de maneira a pensarmos e construirmos coletivamente candidaturas que representem de fato o nosso lado nessas eleições. Mas, mais do que isso, é tempo de pensarmos o que essas eleições devem significar para todos nós, trabalhadoras e trabalhadores.

Não se trata apenas de correr atrás de votos, mas também de usar microfones e palanques para denunciar o que estão fazendo com nossos direitos e nossa frágil e jovem democracia.

Portanto, não há como pensar as eleições fora desse contexto de golpe, como se as instituições estivessem funcionando. Além da necessidade de constuirmos candidaturas comprometidas com a reversão do quadro atual, precisaremos lutar por uma questão ainda mais básica: o direito de Lula ser candidato.

Trata-se, mais uma vez, de lutarmos em defesa da democracia.

INFORMES

Sindicato cobra retorno de convênio com cooperativa de táxi

Diante da falta de convênio com a cooperativa de táxis, os trabalhadores da Regap e Termelétrica Aureliano Chaves relatam problemas com o transporte.

Empregados em dobras de turno devido ao efetivo insuficiente estão sendo transportados por carros lotados, envolvendo pessoas que residem em regiões totalmente diferentes.

Como resultado, os petroleiros passam por longas e desconfortáveis viagens, mesmo depois de jornadas estendidas. Há também casos de trabalhadores que estão sem opção de transporte, já que eram atendidos somente por táxis.

A diretoria do **Sindipetro/MG** já cobrou da gerência responsável uma solução para o problema, que se comprometeu a restabelecer o convênio com a cooperativa de táxis ainda em março.

Justiça nega RSR de petroleiros do NF

No dia 23 de fevereiro foi publicado o acórdão do julgamento da ação rescisória proposta pela Petrobrás contra o Repouso Semanal Remunerado (RSR) dos trabalhadores do Norte Fluminense.

Na decisão, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) negou o direito aos petroleiros e o Sindipetro-NF irá recorrer interpondo Embargos de Declaração. O Sindicato avalia que a decisão viola a Constituição, que garante que todos os trabalhadores tem "repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos".

Ainda não se sabe como a Petrobrás irá proceder em relação a descontos e devoluções, uma vez que a empresa possui aval do Judiciário para já cobrar os valores da categoria.

CALENDÁRIO 2018

MARÇO

- 11:** fim do segundo turno da eleição para o CA da Petrobrás;
- 13 a 17:** Fórum Social Mundial 2018. em Salvador (BA);
- 15:** lançamento do Comitê Internacional de Solidariedade ao Lula e à Democracia no Brasil, em Salvador (BA);
- 17 a 22:** Fórum Alternativo Mundial da Água, em Brasília;

ABRIL

- 27 a 29:** 6º Encontro Nacional de Mulheres Petroleiras, em Natal (RN);



INEEP: INSTITUTO DE PESQUISA SERÁ REFORÇO NA LUTA EM DEFESA DA PETROBRÁS

No dia 1º de março foi lançado no Rio de Janeiro o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Ineep). O evento contou com a participação de especialistas e trabalhadores do setor, economistas, acadêmicos e lideranças sindicais e dos movimentos sociais.

Durante o lançamento, os economistas José Luís Fiori, Márcio Pochmann e o ex-diretor da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, participaram de uma palestra com o tema “Geopolítica, estratégia e petróleo: uma nova agenda de pesquisa”. O debate sintetizou a proposta central do Instituto, que foi idealizado pela Federação Única dos Petroleiros com o objetivo de fomentar propostas para o setor de óleo e gás.

A criação do Ineep foi aprovada por unanimidade pelos petroleiros durante



Diretores da FUP no lançamento do INEEP, no Rio de Janeiro

o XVII Congresso Nacional da FUP, em agosto de 2017, em Salvador (BA).

O Instituto reúne técnicos e acadêmicos que já vêm debatendo a geopolítica do petróleo com a socieda-

de e assessorando a categoria petroleira por meio do Grupo de Estudos Estratégicos e Propostas para o Setor de Óleo e Gás (GEEP), agora incorporado ao Ineep.

Sindipetro/MG denuncia descaso da AMS com beneficiários em reuniões com a Petrobrás

Nos últimos meses o **Sindipetro/MG** tem recebido muitas reclamações sobre o atendimento da AMS. Na maioria dos casos, as queixas são relativas ao fechamento do posto de atendimento na Regap.

Diante disso, o Sindicato cobrou uma posição da AMS, que informou que o contrato com a empresa responsável pelo atendimento aos usuários

foi encerrado. A AMS também informou que o problema seria solucionado até a segunda quinzena de fevereiro, o que ainda não aconteceu.

O caso está sendo tratado no grupo de trabalho do Benefício Farmácia pelo coordenador do Sindipetro/MG, Anselmo Braga.

O grupo paritário foi criado em janeiro para debater as alterações no

Benefício, proposta pela Petrobrás durante as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho 2017/2019.

Nessas reuniões, o coordenador do Sindicato também denunciou a falta de uma unidade hospitalar credenciada pela AMS para o atendimento aos beneficiários do plano em Betim, cidade onde está localizada a Regap - maior unidade da Petrobrás em Minas.

Petroleiros denunciam má qualidade da alimentação em Minas



Em resposta a uma solicitação do **Sindipetro/MG**, um operador da Termelétrica Aureliano Chaves enviou uma foto que demonstra o descaso com a qualidade da alimentação fornecida aos trabalhadores da unidade.

No dia 23 de fevereiro, o funcionário encontrou dois pedaços de plástico no meio da salada servida à categoria.

As reclamações sobre a alimentação na Regap e Termelétrica têm sido frequentes. O Sindipetro/MG orienta que os trabalhadores denunciem os problemas para que o Sindicato possa tomar providências junto à gerência das unidades.

As fotos podem ser enviadas para o WhatsApp (31) 98417 5352 ou e-mail imprensa@sindipetromg.org.br.



ENTERRO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA É CONQUISTA DA CLASSE TRABALHADORA

A suspensão temporária dos debates da Reforma da Previdência no Congresso é resultado da mobilização e da luta dos brasileiros contra o fim da Previdência pública.

Ainda em 2016, quando o governo golpista de Michel Temer começou a falar em aumentar a idade mínima da aposentaria para 65 anos, acabar com a aposentadoria rural, exigir pelo menos 49 anos de contribuição e reduzir o valor da pensão por morte, o País começou a se mobilizar.

Trabalhadores saíram às ruas incontáveis vezes para defender seu direito de se aposentar. Em Minas, tivemos atos e greves grandiosos, inclusive com grande participação de petroleiros, no dia 15 de março, 28 de abril, 21 de maio, 30 de maio, 7 de setembro e 5 de dezembro de 2017.

Também em fevereiro deste ano os trabalhadores foram às ruas contra a votação no Congresso Nacional do projeto que muda as regras da aposentadoria pública.

A categoria petroleira, junto com trabalhadores de todo o País, também participaram da ocupação de Brasília em maio do ano passado, quando 150 mil pessoas tomaram a capital federal e seguiram rumo ao Congresso para tirar da pauta as reformas do governo.

A pressão do povo sobre a classe política foi tanta que Temer não conseguiu os votos necessários para aprovação do texto - que chegou a ser alterado algumas vezes, mas ainda assim não passou.

O governo então decretou intervenção militar no Rio, de modo a sepultar de vez sua proposta de alteração da Previdência - uma vez que, sob intervenção, o Congresso está impedido de votar qualquer alteração na Constituição Federal.

Porém, o Executivo certamente não desistiu das mudanças na aposentadoria. Por isso, é preciso que a classe trabalhadora se mantenha atenta e mobilizada, pois, após as eleições de outubro, esse assunto deve voltar a ser o centro das atenções do governo ilegítimo.



Petroleiros participam do Grito dos Excluídos, 7 de setembro de 2017, em BH



Petroleiros participam de ato pela saída de Michel Temer e por Diretas Já no dia 21 de maio de 2017, em BH



Petroleiros em manifestação contra as privatizações em 28 de abril de 2017, em BH



Petroleiros em greve geral contra as reformas Trabalhista e da Previdência em 31 de março de 2017, em BH



Petroleiros em manifestação contra a reforma da Previdência no dia 19 de fevereiro de 2018



Greve de 24h contra as reformas Trabalhista e da Previdência, 15 de março de 2017



Manifestação reúne trabalhadores em Belo Horizonte contra reformas do governo em 28 de abril de 2017



Petroleiros em manifestação contra a privatização da Petrobras no dia 28 de abril de 2017, em BH



Petroleiros em greve geral contra as reformas Trabalhista e da Previdência em 31 de março de 2017, em BH



Outdoor do Sindipetro/MG contra a reforma da Previdência no estado de Minas Gerais